

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 7ª EDIÇÃO	5
NOTA DO AUTOR À 6.ª EDIÇÃO	7
APRESENTAÇÃO À 4.ª EDIÇÃO	9

Parte I – A VISÃO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO

INTRODUÇÃO: O OBJETIVO DO TRABALHO	21
1. O PROCESSO CONSTITUCIONAL	23
1.1 Eficiência e garantismo	23
1.2 A interação entre processo e Estado	25
1.3 A análise constitucional do processo	26
2. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	29
2.1 Principais tendências	29
2.2 O tratamento diferenciado às diversas formas de criminalidade	31
2.3 A internacionalização do direito processual penal	34

Parte II – PROCESSO E PROCEDIMENTO

3. O DEVIDO PROCESSO LEGAL	41
3.1 O processo como instituto central do direito processual	41
3.2 As fases conceituais do processo e do procedimento	42
3.2.1 Primeira fase	42
3.2.2 Segunda fase	43
3.2.3 Terceira fase	47
3.3 O devido processo legal e o devido processo penal	51
4. A GARANTIA DA IGUALDADE. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	53
4.1 O conceito de igualdade jurídica	53

4.2	O tratamento igualitário a todo acusado.....	54
4.3	A igualdade entre acusação e defesa	56
4.4	A constitucionalização do princípio da proporcionalidade	57
4.5	Pressupostos e requisitos do princípio da proporcionalidade.....	60
4.6	A atuação do princípio da proporcionalidade.....	62
5.	A GARANTIA DO CONTRADITÓRIO	65
5.1	O contraditório: noções	65
5.2	O contraditório na Constituição Federal.....	68
5.3	As garantias do contraditório e da igualdade: confronto	69
5.4	A garantia do contraditório no processo penal.....	70
5.5	O art. 155 do CPP e o contraditório no processo penal	73
6.	A PUBLICIDADE NO PROCESSO	75
6.1	A garantia da publicidade dos atos processuais	75
7.	A PROVA	79
7.1	O direito à prova	79
7.2	As exigências do direito à prova	80
7.3	Prova testemunhal	83
7.4	Prova documental.....	85
7.5	Prova pericial	88
7.6	A prova ilícita. Noções.....	89
7.7	A prova ilícita na Constituição Federal e o princípio da proporcionalidade	91
7.8	A prova ilícita no Código de Processo Penal	94
7.9	A repercussão processual da prova obtida por meio ilícito.....	96
7.10	A prova obtida mediante violação do sigilo das comunicações e de dados.....	99
7.11	A interceptação telefônica. Constituição Federal. A Lei 9.296/96.....	101
7.12	Os requisitos para a interceptação telefônica (Lei 9.296/96, art. 2.º)	105
7.13	A produção da prova por interceptação telefônica e o conhecimento das partes.....	107
7.14	A utilização da prova obtida por interceptação telefônica em outro processo.....	109
7.15	Outros problemas decorrentes da Lei 9.296/96	110
7.16	A prova e as inviolabilidades constitucionais	111

8. PROCEDIMENTO	115
8.1 O conceito de procedimento	115
8.2 Diversos procedimentos em um processo	119
8.3 Garantias procedimentais	120
9. PRAZO	123
9.1 A garantia ao prazo	123
9.2 A garantia constitucional do prazo razoável. O excesso de prisão	125
Parte III – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	
10. JURISDIÇÃO PENAL	133
10.1 Noções	133
11. A GARANTIA DO JUIZ NATURAL	135
11.1 A tríplice garantia	135
11.2 A garantia na Constituição Federal	136
12. A MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES	139
12.1 A garantia da motivação como garantia da jurisdição	139
12.2 A amplitude da garantia constitucional	140
12.3 A motivação suficiente e a motivação implícita	141
13. COMPETÊNCIA: NOÇÕES. JURISDIÇÃO PENAL EXTRAORDINÁRIA	143
13.1 A competência: critérios de fixação e objeto de estudo	143
13.2 A jurisdição extraordinária. O julgamento dos crimes de responsabilidade	144
14. A COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	149
14.1 A competência originária do Supremo Tribunal Federal: visão geral	149
14.2 A competência por prerrogativa de função do Supremo Tribunal Federal	150
14.3 A competência originária do Superior Tribunal de Justiça	152
15. JUSTIÇA MILITAR E JUSTIÇA ELEITORAL	155
15.1 A abrangência e a caracterização da competência da Justiça Militar	155
15.2 As Justiças Militares federal e estadual	159
15.3 Os critérios de fixação de competência das Justiças Militares	160

15.4 A alteração da competência pela Lei 9.299/96 e pela Emenda Constitucional 45/2004	161
15.5 A competência da Justiça Eleitoral	164
16. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL	167
16.1 Considerações prévias sobre a competência da Justiça Federal.....	167
16.2 Competência originária dos Tribunais Regionais Federais	167
16.3 Competência dos juízes federais.....	169
16.4 Competência da Justiça Estadual.....	171
16.5 Outros aspectos da competência originária por prerrogativa de função.	175
17. O JÚRI, SEUS PRINCÍPIOS E SUA COMPETÊNCIA.....	177
17.1 Evolução histórica.....	177
17.2 O júri na Constituição Federal	178
Parte IV – AÇÃO PENAL E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	
18. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	187
18.1 Conceito.....	187
18.2 As espécies de ação penal segundo a titularidade do direito	188
18.3 Outras classificações	190
19. AÇÃO PENAL PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: A TITULARIDADE EXCLUSIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	193
19.1 O art. 129, I, da Constituição Federal.....	193
20. A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE	197
20.1 A dicotomia obrigatoriedade-oportunidade da ação penal.....	197
20.2 A prevalência do princípio da obrigatoriedade no direito brasileiro	201
21. A AÇÃO PENAL E A JUSTIÇA CONSENSUAL.....	205
21.1 O caminho para a justiça consensual.....	205
21.2 Antecedentes legislativos	206
21.3 A Constituição Federal de 1988.....	208
21.4 A ação penal e a Lei 9.099/95: a solução por consenso e a adoção do princípio da obrigatoriedade mitigada ou discricionariedade regrada ...	209
21.5 A conciliação civil e a valorização da vítima	213
21.6 A transação penal.....	214
21.7 A suspensão condicional do processo.....	218

21.8 A ação penal e a justiça consensual no Código de Trânsito.....	221
21.9 A Lei Ambiental e a justiça consensual.....	222
22. A AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA.....	225
22.1 Antecedentes e a previsão constitucional. Discussões em torno do instituto.....	225
22.2 A queixa subsidiária em caso de arquivamento do inquérito	227
23. O PROMOTOR NATURAL E O EXERCÍCIO DA AÇÃO PENAL.....	231
23.1 A evolução conceitual anterior à Constituição	231
23.2 O reflexo do novo texto constitucional	232
23.3 O princípio na legislação infraconstitucional	234
24. A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL, A POLÍCIA JUDICIÁRIA E AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	237
24.1 A investigação pela polícia judiciária.....	237
24.2 A investigação pelo Ministério Público.....	240
24.3 A investigação pela defesa.....	241
24.4 A investigação pelas comissões parlamentares de inquérito.....	243

Parte V – DIREITO DE DEFESA

25. DIREITO DE DEFESA: ASPECTOS GERAIS	253
25.1 A defesa como garantia e sua abrangência.....	253
25.2 A defesa e o contraditório	254
25.3 O paralelismo entre a ação e a defesa.....	255
26. A DEFESA TÉCNICA E A AUTODEFESA.....	257
26.1 A abrangência da ampla defesa e da defesa técnica	257
26.2 A defesa técnica necessária	257
26.3 A defesa técnica indeclinável	258
26.4 A defesa técnica plena.....	259
26.5 A defesa efetiva	260
26.6 O direito de escolha do defensor	262
26.7 Curador.....	263
26.8 Outros direitos e garantias relacionados com a ampla defesa constitucional	264
26.9 O direito a não se autoincriminar	264
26.10 As manifestações da autodefesa	265

27. A AMPLA DEFESA CONSTITUCIONAL E O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL 269

27.1 A influência do princípio da ampla defesa no Código de Processo Penal. 269

27.2 Controvérsias sobre a influência do princípio da ampla defesa no Código de Processo Penal..... 271

27.3 Posições restritivas a respeito da influência da ampla defesa no Código 273

27.4 A Lei 9.271, de 17.04.1996. Importância na garantia do direito de defesa 275

27.5 A Lei 9.271, de 17.04.1996. Suspensão da prescrição e produção de prova urgente..... 277

27.6 A restrição imposta pela Lei de Lavagem de Dinheiro 281

Parte VI – MEDIDAS CAUTELARES

28. A CAUTELARIDADE NO PROCESSO PENAL..... 285

28.1 Noções de cautelaridade 285

28.2 Medidas cautelares no processo penal – Itália, Portugal, Brasil..... 286

28.3. Medidas cautelares pessoais – Lei 12.403/2011..... 289

29. PRISÃO CAUTELAR. NOÇÕES. PRISÃO PREVENTIVA E PRISÃO EM FLAGRANTE..... 291

29.1 Noções 291

29.2 Prisão preventiva..... 292

29.3 Prisão em flagrante..... 295

30. PRISÃO TEMPORÁRIA 301

30.1 Noções 301

30.2 A cautelaridade da prisão temporária 302

30.3 A prisão temporária na Lei 8.072, de 25 de julho de 1990..... 304

31. A SUPRESSÃO DA EXIGÊNCIA DE PRISÃO NA PRONÚCIA E PARA RECORRER 307

31.1 O quadro anterior à Constituição de 1988 307

31.2 A revogação das prisões decorrentes de sentença e de pronúncia após vinte anos da Constituição..... 308

32. LIBERDADE PROVISÓRIA E MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS DIVERSAS DA PRISÃO 311

32.1 Noções 311

32.2 A cautelaridade pessoal e o princípio constitucional da presunção de inocência	314
32.3 A liberdade provisória antes da Constituição Federal	316
32.4 A liberdade provisória na Constituição Federal e em legislações posteriores	318
32.5. A liberdade provisória e as medidas cautelares após a Lei 12.403/2011	322
BIBLIOGRAFIA	325
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	343